

educação e democracia

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 14 • 2014

ESCOLHAS ESCOLARES DOS/AS ESTUDANTES NA
TRANSIÇÃO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO EM
PORTUGAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE
UMA ESCOLA DE UMA CIDADE DE MÉDIA
DIMENSÃO

Luís Alcoforado

Cláudia Preguiça

Regina Urbano

Cristina Gomes

Luís Alcoforado, Licenciado, Mestre e Doutor em Ciências da Educação. Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Investigador do CEIS20.

Cláudia Preguiça, Licenciada em História, Mestre em Ciências da Educação e Doutoranda em Ciências da Educação, especialização de Formação de Professores. Professora do Ensino Básico e Secundário. Investigadora do CEIS20

Regina Urbano, Professora do Ensino Secundário, Pós-graduada em Administração Educacional

Cristina Gomes, Professora do Ensino Secundário, Pós-graduada em Administração Educacional

Introdução

A tendência recente dos sistemas educativos, dos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), vem passando pelo alargamento da permanência de todos/as as crianças e adolescentes na escola, durante mais anos, procurando assegurar que ninguém abandone o seu percurso de educação/formação sem ter acesso a um diploma que traduza a possibilidade de uma transição bem-sucedida para o mundo do trabalho. Para cumprir este objetivo os diferentes sistemas nacionais tem vindo a apostar numa organização escolar que assegura um período variável de educação comum, traduzida pela ideia de ensino básico e uma diversificação de vias formativas, a partir do ensino secundário. No caso português, encontramos um ensino básico de nove anos, dividido em três ciclos, e um ensino secundário de três anos que pode ser cumprido através de uma via destinada ao prosseguimento de estudos, uma opção de formação profissional a tempo inteiro e uma terceira opção, garantida pela possibilidade de escolha por uma oferta de formação profissional em alternância¹.

Tendo em consideração a dificuldade recorrente do sistema português, em assegurar a permanência dos alunos/as na escola pelo tempo desejável (ALCOFORADO, 2003; DGEEC, 2013) e em estruturar ofertas educativas suficientemente atrativas para interessar os jovens e as famílias, ao longo da última década foram tomadas iniciativas legislativas (DECRETO-LEI n.º 74/2004; DESPACHO n.º 14 758/2004; DECRETO-LEI n.º 24/2006, entre outros documentos legais) que instituíram e procuraram aumentar a frequência dos cursos profissionais, passando estes a ser disponibilizados, também, pela rede estatal de escolas e agrupamentos de escolas. Para isso, foram sendo implementadas iniciativas políticas a diferentes níveis, todas com o objetivo comum de garantirem que os estabelecimentos de ensino secundário pudessem organizar, dentro dos recursos disponíveis, um ou mais cursos profissionais.

Acertada a aposta nesta nova oferta, passou a ser necessário desenvolver um conjunto de estratégias capazes de interessar os/as alunos/as e as respetivas famílias, fazendo com que os cursos profissionais se constituíssem como mais uma possibilidade de prosseguimento do processo educativo /formativo, resultando de uma escolha informada e consciente, sendo certo que, para isso, as escolas dispõem, desde o início da década de noventa, de serviços de psicologia e orientação, criados através do DECRETO-LEI n.º 190/91, cujo objetivo principal é o de “acompanhar o aluno ao longo do percurso escolar, contribuindo para identificar os seus interesses e aptidões, intervindo em áreas de dificuldade que possam surgir na situação de ensino-aprendizagem, facilitando o desenvolvimento da sua identidade pessoal e a construção

¹ No ano letivo de 2009-2010, estas vias de oferta de nível secundário eram asseguradas por 9 tipos de cursos (GEPE, 2011): Cursos científico-humanísticos (frequentados por 197 582), Tecnológicos (14 577), Artísticos especializados em regime integrado (2 348), Profissionais (107 266), Aprendizagem (17 619), CEF (2 320),EFA (41 773), Recorrente (12578) e Formações Modulares (963). Para além destes jovens e adultos, encontravam-se inscritos mais 86 956 pessoas em processos de Reconhecimento, validação e Certificação de Competências.

do seu próprio projecto de vida”. No entanto, sabemos que esta fase da vida apresenta características muito específicas, que colocam desafios muito particulares aos profissionais e às organizações educativas (GUICHARD, 2013; VONDRACEK, 2004) e que as escolhas que a escola proporciona são, na maior parte das vezes condicionadas e potenciadas por razões de natureza muito diversa (BLANCHARD & CAYOUILLE-REMBLIÈRE, 2011; OEUVRARD, 2011), nem sempre compaginadas com decisões livres e bem suportadas em processos adequados de orientação (PAIXÃO, 2013).

Assim, as mudanças de ciclo obrigam a transições que a literatura da especialidade tende a relacionar como “qualquer evento, ou não evento, que resulta numa mudança de relações, rotinas, expectativas e papéis” (SCHLOSSBERG, WATERS & GOODMAN, 1995, p. 27), podendo ser percebidas e compreendidas, pelas pessoas envolvidas, como portadoras de um sentimento obrigatório de transformação da sua vida pessoal. Ainda que cada pessoa seja única e as transições não repetíveis, as autoras referidas sugerem ser possível encontrar uma certa estabilidade na estrutura que permite compreender a interação entre os recursos e as responsabilidades de um indivíduo em transição, organizando-os num anel com quatro elos interdependentes: situação, suporte, self e estratégias². Em consequência, compreender e descrever uma transição pressupõe uma caracterização da situação em que a pessoa se encontra, as opções e suporte social de que ela dispõe, as estratégias que utiliza para lidar com a situação e os recursos pessoais que são mobilizados.

Perceber as dinâmicas que potenciam, ou limitam, a igualdade de sucesso, ao longo do percurso escolar dos alunos, torna fundamental que se desenvolvam trabalhos de investigação que procurem esclarecer a forma como a transição do ensino básico para o secundário é feita e percebida, particularmente numa realidade como a portuguesa, baseada em políticas e práticas relativamente recentes³, mormente no que respeita ao incremento dos cursos profissionais.

Então, assumindo que as escolhas escolares realizadas na transição do terceiro ciclo do ensino básico para o ensino secundário resultam da influência de fatores multivariados de cariz socioeconómico, sociocultural, educativo, familiar pessoal e do grupo de pares, consideramos muito importante centrar o nosso estudo nos seguintes objetivos: descrever e compreender, de forma circunstanciada, a realidade de uma escola secundária da zona urbana de uma cidade média portuguesa, nomeadamente no que respeita às características dos/as alunos/as e dos respetivos agregados familiares; perceber oferta educativa de nível secundário disponibilizada e as lógicas da sua construção; identificar os fatores e as razões enunciadas pelos/as alunos/as, que se encontram no final do décimo ano, para as suas opções na escolha de um curso no ensino secundário; caracterizar o grau de satisfação

² The individual in transition: potencial resources (assets/liabilities) – 4 S’s – Situation (event or non-event characteristics, trigger, timing, control/source, role change, duration, previous experience, concurrent stress, assessment); Support (social support, options); Strategies (coping responses); Self (personal characteristics, psychological resources) (Schlossberg, Waters & Goodman, 1995).

³ Este trabalho de investigação decorreu no ano letivo de 2011-2012, antes do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e numa altura em que a inscrição em cursos profissionais vinha registando um crescimento significativo (GEPE, 2001; DEEC, 2013).

experienciado com a frequência dos diferentes cursos, procurando analisar, com particular cuidado, o caso específico da escolha dos cursos profissionais.

1. A opção por um curso na transição para o ensino secundário numa escola de uma cidade de média dimensão

Para desenvolver o trabalho de investigação, procurando responder às questões centrais que nos motivaram, recorremos a diferentes técnicas de recolha de dados. Através de uma análise aos documentos disponíveis, começamos por caracterizar a escola e os/as alunos/as do primeiro ano do ensino secundário, de seguida procuramos compreender as razões e o processo de criação desta oferta educativa, a partir da opinião da diretora da escola, recolhida através de entrevista, por fim fazemos uma descrição dos processos de escolha dos/as alunos/as que concluíram o primeiro ano do ensino secundário e da sua satisfação com a opção realizada, nesta fase do seu percurso educativo, sistematizando dados de natureza quantitativa e qualitativa, reunidos através de um questionário construído com a colaboração de diferentes agentes educativos da escola e respondido durante os tempos letivos.

1.1. Caracterização da Escola

A escola secundária onde decorreu o nosso estudo está localizada num município de uma capital de distrito da região centro do país, sendo a mais antiga da cidade e tendo-se destinado, inicialmente, a servir uma população estudantil elitizada, que procurava uma preparação para ocupar cargos públicos, ou para prosseguir estudos superiores. Com o passar do tempo e à medida que o alargamento do direito à educação se foi implementando, a escola começou a servir uma área geográfica cada vez mais limitada, mas com a abertura dos cursos tecnológicos (1993/94) e dos cursos profissionais (2007/08), voltou a assumir uma incidência territorial mais alargada, passando, progressivamente, a ser frequentada por alunos/as de todo o concelho e até mesmo de alguns concelhos limítrofes.

No que diz respeito ao corpo docente, podia constatar-se que este era constituído maioritariamente (82%) por professores integrados na carreira, pertencentes ao quadro, o que proporciona maior estabilidade e continuidade das práticas e dos objetivos definidos no Projeto Educativo de Escola. Do conjunto dos docentes contratados, sete eram técnicos especializados, destinando-se especificamente a lecionar disciplinas técnicas dos cursos profissionais. Relativamente ao pessoal não docente, nesta escola trabalhavam vinte assistentes operacionais que realizavam todas as atividades de manutenção dos espaços e de suporte aos alunos e docentes.

Em relação à oferta formativa da escola para o ano letivo 2010/2011, no ensino secundário, verificámos que existiam trinta e nove turmas de ensino regular⁴, oito

⁴ Optaremos por utilizar a expressão de ensino regular, para designar a oferta “tradicional” da escola, constituída por cursos científico-humanísticos e artísticos.

turmas do ensino profissional, Cursos de Educação e Formação de Adultos Nível Secundário (EFA/NS) de dupla certificação e escolar, com uma turma cada, e EFA nível B3 (equivalência ao terceiro ciclo do ensino básico), também uma turma de dupla certificação e uma turma apenas com componente escolar. Para além desta oferta, a escola ministrava em regime pós-laboral, duas turmas de Ensino Recorrente, uma da área das Ciências e Tecnologias, outra da área da Ciências Sociais e Humanas. Relativamente ao tipo de cursos, verificava-se uma estabilização do número de turmas de ensino regular, acompanhada pelo aumento do número de turmas dos cursos profissionais que vieram, na prática, substituir o ensino tecnológico.

No que concerne ao regime pós-laboral, a tendência de extinção do ensino recorrente obrigou a um aumento de procura de cursos EFA. No domínio da divulgação dos cursos profissionais a Escola procurava incrementar estratégias diversificadas, que se revelavam eficazes na atração de candidatos diferenciados e na tentativa de reduzir o estigma negativo de facilitismo, tradicionalmente associado a estes cursos.

A implementação da oferta de cursos profissionais foi realizada na sequência de uma candidatura pedagógica da responsabilidade da diretora da escola, na altura presidente do conselho executivo. Quando questionada sobre os aspetos que motivaram esta adesão a Diretora, refere o seguinte:

(...) A primeira razão foi a decisão da tutela, e depois, porque a escola podia optar, ou entre colocar o ensino básico, ou abrir-se ao ensino profissional, e nós, ponderadas as razões, verificámos que tínhamos recursos humanos, equipamentos e recursos educativos que justificavam, dentro da escolha possível, a opção pelos cursos profissionais.

Quanto às mais-valias da introdução desta oferta nas escolas secundárias públicas, quer para a sociedade, quer para a escola, refere:

Não tenho dúvidas nenhuma que é uma mais-valia para o sistema educativo e para a economia portuguesa, porque, hoje em dia, a economia não se compagina com soluções de improviso. Nós precisamos de empresários qualificados, trabalhadores qualificados e as soluções não passam todas pelo ensino superior. Tem que haver logo na saída do secundário (...).

No que diz respeito às alterações na escola pública, como a conhecíamos até então, por força da introdução da oferta de novos cursos, diz:

Para já, veio alterar a ideia que as pessoas tinham de que a escola pública ainda continuava a ser para uma elite, e não é, efetivamente, a escola pública é para todos os cidadãos portugueses. E veio alterar, porque a escola teve que olhar para si própria, e olhar para dentro de si e, de alguma forma reequacionar um conjunto de estudantes e de soluções (...). Quanto à imagem que tem dos cursos tecnológicos, “é muito positiva, (...) mostrou-me sobretudo o futuro (...) percebia-se que estávamos a formar em larga medida, (...) pessoas que queriam entrar no mundo do trabalho (...) mas depois alguns acabaram por ganhar um enorme gosto pelo estudo, pela escola, e outros foram para o mundo do trabalho com uma postura responsável, madura, séria, rigorosa (...).

Neste âmbito, a instituição, em estreita articulação com as Escolas Básicas (EB) do concelho, dinamizou sessões de informação para alunos e para encarregados de educação (nas EB e nas suas instalações), distribuíram-se folhetos informativos e organizaram-se exposições e atividades interativas animadas pelos formandos dos cursos profissionais (laboratórios abertos, workshops) no “Dia da Escola”, direcionadas para os alunos do 9º ano. Foi também planificada a realização de um seminário para empresários, organizado em parceria com uma das empresas de consultadoria com quem a escola tem um protocolo de colaboração, no âmbito da formação em contexto de trabalho, tendo os empresários sido convidados para visitar uma mostra de trabalhos realizados pelos alunos. Com o objetivo de atingir o maior número de pessoas interessadas, este seminário foi divulgado nos jornais e rádios locais.

No que respeita à seleção e definição dos cursos profissionais, fomos remetidos, na entrevista realizada à diretora da escola, para um excerto do Projeto Educativo de Escola:

A abertura de cursos (...) obedece a uma lógica que está intimamente relacionada com a “lei da oferta e da procura”. É o mercado de trabalho que regula a abertura de cursos. Podem as escolas ter o corpo docente necessário, os recursos educativos mais adequados, alunos interessados e os cursos propostos não serem autorizados pelo facto da análise do mercado revelar falta de empregabilidade dos mesmos.

Esclarecido o entendimento da direção da escola em relação aos desafios decorrentes destas atribuições e competências, interessava-nos compreender como tinham sido feitas as escolhas de um determinado curso, por parte dos alunos em fase de conclusão do primeiro ano do secundário. Pretendíamos incluir participantes que ainda tivessem presente o processo de escolha e que já fossem capazes de emitir uma opinião sobre o curso escolhido. Por estas razões, a opção recaiu por solicitar a todos/as os/as alunos/as que estavam no final do décimo ano que respondessem a um questionário construído especificamente para este trabalho. Vamos apresentar os resultados, começando por caracterizar os/as alunos/as e o respetivo contexto familiar.

1.2. Caracterização do contexto familiar dos alunos da escola

Iremos, em primeiro lugar, realizar uma análise compreensiva do contexto familiar dos alunos da escola, começando por comparar habilitações académicas dos pais dos discentes dos cursos gerais e dos cursos profissionais:

Tabela 1 – Habilitações dos pais dos alunos do ensino regular

1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
12,2%	17,1%	21,6%	24,5%	18,6%	1,3%	1%

Verificamos na tabela 1 que a classe modal das habilitações académicas dos pais dos alunos do ensino regular se situa ao nível do ensino secundário, seguindo-se-lhe o terceiro ciclo e a licenciatura.

Tabela 2 – Habilitações dos pais dos alunos do ensino profissional

1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
28,5%	27,1%	23,1%	15,9%	4,8%	0,3%	0,3%

Relativamente aos pais dos alunos inscritos no ensino profissional, verifica-se que a classe modal das habilitações académicas está localizada ao nível do primeiro ciclo, seguindo-se-lhe o segundo e só depois o terceiro ciclo do ensino básico. Por outro lado, numa análise comparativa entre os pais dos alunos que frequentam o ensino regular e os que integram o ensino profissional, constata-se que 47% dos educadores, cujos educandos estudam nos cursos de Ciências Humanas e Sociais, possui escolaridade superior à obrigatória, sendo que esse mesmo indicador é de 21% para os progenitores dos formandos integrantes dos cursos profissionais. Para além disso, confirmámos que a classe modal relativamente às habilitações académicas dos encarregados de educação dos alunos dos cursos regulares corresponde ao ensino secundário, contrariamente ao ensino profissional cuja classe modal é o primeiro ciclo.

1.3. Opções e satisfação dos/as alunos/as

Como já foi referido, o questionário foi construído em função do objeto de estudo, com colaboração dos diferentes agentes, procurando equacionar questões pertinentes que nos permitissem conhecer e compreender as escolhas educativas, tendo sido aplicado no final do décimo ano de escolaridade. Os participantes foram todos os 339 alunos/as do 10º ano, distribuídos como se indica na tabela 3:

Tabela 3 – Participantes do estudo

Sexo	Nº alunos
F	220
M	119
Total	339

Temos, assim, trezentos e trinta e nove alunos, sendo duzentos e vinte do sexo feminino e cento e dezanove do sexo masculino. Apresentamos na tabela 4 as médias de idade dos alunos dos diferentes anos, relativas aos cursos profissionais e aos cursos “regulares”:

Tabela 4 – Idade média dos alunos dos cursos de ensino regular e profissional por ano de escolaridade

Idade Média	Regular 10º ano	Profissional 1º ano	Regular 11º ano	Profissional 2º ano	Regular 12º ano	Profissional 3º ano
	15,4	16,2	16,7	17,1	17,5	18,7

A média de idade dos alunos que frequentam o décimo ano do ensino regular é de 15,4 anos e a dos cursos profissionais é de 16,2 anos, apresentando, então, os alunos do profissional uma média ligeiramente superior aos seus colegas de ano e uma idade muito levemente superior à idade esperada para a frequência do primeiro ano do ensino secundário. Na tabela 5, apresenta-se, agora, a distribuição dos participantes da amostra, pelos diferentes tipos de cursos:

Tabela 5 – Número de alunos por curso e por género no 10º ano de escolaridade

	CT-157	AV-37	LH-93	PCQA-18	DIE-21	TUR-13	Totais
F	88	29	73	8	14	8	220
M	69	8	20	10	7	5	119
Total	157	37	93	18	21	13	339

Legenda: CT – Ciências e Tecnologias; AV – Artes Visuais; LH – Línguas e Humanidades; PCQA – Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar; DIE – Design de Interiores e Exteriores; TUR - Turismo

Como podemos constatar os/as alunos/as apresentam a seguinte distribuição: a área de Ciências e Tecnologias que integra oitenta e oito alunas e sessenta e nove alunos; a área de Artes Visuais frequentada por vinte e nove educandas e oito educandos; a área de Línguas e Humanidades que incorpora setenta e três alunas e vinte alunos; o curso profissional de Técnico de Processamento e Controlo Alimentar, constituído por oito formandas e dez formandos; o curso profissional de Técnico de Design Interiores e Exteriores, composto por catorze formandas e sete formandos; e o curso profissional de Turismo, do qual fazem parte integrantes oito formandas e cinco formandos. Nesta escola o sexo feminino encontra-se em maioria, quer nos cursos de Ciências Sociais e Humanas, quer nos cursos Profissionais (aproximadamente 60%).

De seguida procurámos compreender o papel dos serviços de psicologia e orientação na escolha vocacional dos/as alunos/as, indagando no questionário se os/as alunos/as tinham ou não realizado orientação vocacional e no caso de o terem feito qual o nível de importância atribuído à mesma. Apresentam-se na tabela 6 os alunos que tiveram (ou não) apoio dos serviços de psicologia e orientação.

Tabela 6 – Número de alunos/as que realizaram/não realizaram orientação vocacional

Orientação Vocacional	Nº alunos
SIM	281
NÃO	58
Total	339

Relativamente ao número de alunos que fez orientação vocacional, as respostas indicam-nos que duzentos e oitenta e um discentes realizaram este procedimento, em oposição a cinquenta e oito cuja resposta foi negativa. No que concerne à maneira como percecionam a influência que a orientação vocacional teve nas suas escolhas, os resultados apresentam-se da seguinte forma:

Tabela 7 – Influência da orientação vocacional

Influência da Orientação Vocacional.	Nº Alunos	% de Alunos
1-nada	45	16%
2-pouca	56	20%
3-alguma	93	33%
4-moderada	69	25%
5-muita	12	4%
Não Responde	6	2%

Verificamos que 16% dos alunos (quarenta e cinco) não percecionaram qualquer influência das atividades de orientação na sua decisão; 20% (cinquenta e seis alunos) consideram que teve pouca influência; 33% (noventa e três alunos) indicaram que teve alguma influência; 25% (sessenta e nove alunos) mencionaram uma influência moderada; 4% (doze alunos) assinalaram que teve muita importância; e 2% (seis alunos) não responderam a esta questão.

A questão relativa ao nível de segurança apresentado, aquando da escolha pelos diferentes cursos do secundário, revelou-nos os seguintes resultados:

Tabela 8 - Nível de segurança aquando da escolha

% alunos	<u>Com</u> Orientação Vocacional	<u>Sem</u> Orientação Vocacional
1-nenhuma	7%	7%
2-pouca	13%	10%
3-alguma	22%	28%

4-moderada	28%	24%
5-muita	30%	28%
Não Responde	1%	3%

Os dados apresentados acima revelam não existir grandes diferenças percentuais na segurança da escolha entre o grupo de alunos que realizou orientação vocacional e o grupo que não realizou. Onde se denotam muito ligeiras diferenças é na opção número três (alguma), a pender para os alunos que não realizaram orientação vocacional, e na opção número quatro (moderada), que realiza o sentido inverso, pendendo para os alunos que realizaram orientação vocacional. Contudo, a diferença percentual apenas nos parece indicar que para estes alunos, o facto de terem realizado ou não orientação vocacional, pouco ou nada contribuiu para o nível de segurança aquando a opção pela via educativa.

A questão seguinte procurava encontrar o fator que mais influenciou a realização da escolha, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Tabela 9 – Fator que mais influenciou a escolha

Ninguém	Bom desempenho a certas disciplinas	Pais	Serviços de Psicologia e Orientação	Colegas e Amigos	Fraco desempenho a certas disciplinas	Irmãos	Diretor de Turma e Professores	Outros Familiares	Sucesso de Figuras Públicas	Outros
169	107	73	49	48	37	25	24	14	10	5
49,8%	31,6%	21,5%	14,5%	14,2%	10,9%	7,4%	7%	4,1%	2,9%	1,5%

Os dados da tabela nove revelam que para 49,8% dos alunos, ninguém ou nada, em especial, influenciou a sua escolha educativa, seguindo-se o bom/fraco desempenho a certas disciplinas, com 31,6 %, a influência dos pais, com 21,5%, encontrando-se em quarto lugar, com uma percentagem de 14,5%, o apoio prestado pelos Serviços de Psicologia e Orientação. Interessa sublinhar que 58 participantes (17 %) não realizaram orientação vocacional.

No que diz respeito à questão que perspetivava compreender se o curso frequentado corresponde às iniciais, entendemos que facilitaria a compreensão dos dados, a comparação entre respostas do grupo de alunos que se sentiu influenciado por algum alguém, ou qualquer situação contextual, e o grupo que afirmou não ter sido influenciado por ninguém. Neste sentido, dispusemos os dados nas tabelas número 10 e 11, sendo que a primeira indica o índice de satisfação relativamente à escolha realizada pelos/as alunos/as que responderam ter sido influenciados e a segunda indica o nível de satisfação de expectativas por curso destes mesmos alunos. Seguindo o mesmo raciocínio

construímos a tabela 12, representativa do nível de satisfação dos/as alunos/as que dizem não ter sofrido influências relativamente às suas escolhas e a tabela 13 que divulga o índice de satisfação por curso destes discentes.

Tabela 10 – Índice de satisfação relativamente à escolha realizada dos/as alunos/as que indicaram ter sido influenciados na sua opção

Grau de Satisfação	% Alunos (51%)
1-nada	8%
2-pouco	7%
3-razoável	31%
4-bastante	39%
5-muito	15%

A informação presente na tabela dez indica-nos que os alunos se situam maioritariamente no nível quatro, encontrando-se bastante satisfeitos com a escolha realizada, não se verificando uma grande disparidade entre os níveis três e quatro, sendo que 15% dos/as alunos/as se encontram muito satisfeitos com a sua opção. Será significativo assinalar, de forma particular, o grupo de alunos agrupados nos níveis um e dois, com 8% e 7%, respetivamente, que manifestam estar nada ou pouco satisfeitos com a sua preferência.

Tabela 11 – Índice de satisfação (1-5) relativamente à área/curso frequentado dos/as alunos/as que indicaram ter sido influenciados

Curso	Nível	Nº de alunos	Curso	Nível	Nº de alunos	Curso	Nível	Nº de alunos
AV	1	0	CT	1	13	LH	1	0
AV	2	0	CT	2	9	LH	2	2
AV	3	7	CT	3	26	LH	3	11
AV	4	7	CT	4	25	LH	4	22
AV	5	0	CT	5	14	LH	5	8
CQA	1	0	DIE	1	0	TUR	1	0
CQA	2	0	DIE	2	1	TUR	2	0
CQA	3	6	DIE	3	2	TUR	3	1
CQA	4	6	DIE	4	2	TUR	4	5
CQA	5	1	DIE	5	1	TUR	5	0

Legenda: 1- nada satisfeito 3- moderadamente satisfeito 5- muito satisfeito
 2- pouco satisfeito 4- bastante satisfeito

A tabela pela sua estrutura e organização permite-nos analisar, com maior clareza, o índice de satisfação dos alunos que indicaram ter sido influenciados por fatores de natureza mais contextual, verificando-se que os alunos se encontram maioritariamente satisfeitos com a sua escolha. Contudo, uma análise mais profunda, indica-nos também que de todas as opções existentes, a área de Ciências e Tecnologias se apresenta como a que apresenta algum índice de insatisfação, com treze e nove alunos respetivamente, a indicarem o nível um e dois como indicador de satisfação, seguindo-se-lhe dois alunos a indicarem o nível dois na área de Línguas e Humanidades e um aluno a indicar o nível dois no curso de Técnico de Design (variante interiores e exteriores). Relativamente às outras opções não se verificou a atribuição do nível inferior a três, verificando-se ser o curso de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar e o de Línguas e Humanidades como as opções onde os alunos se encontram mais satisfeitos.

Tabela 12 – Índice de satisfação dos/as alunos/as que não se sentiram influenciados por nada, ou ninguém, com a escolha realizada

Nível de satisfação	% Alunos (49%)
1-nada	4%
2-pouco	5%
3- razoável	35%
4-bastante	43%
5-muito	14%
NR	1

Os dados apresentados na tabela doze também se revelam muito positivos relativamente aos/às alunos/as que manifestaram não ter sido influenciados por ninguém na realização da sua escolha, sendo visível que as suas respostas se concentram maioritariamente no nível quatro, sendo relevantes as percentagens dos níveis três e cinco. Se compararmos com a tabela 10, verificamos que desce para metade a percentagem atribuída ao nível um, diminuindo também a proporção atribuída ao nível dois, verificando-se um aumento nos níveis três e quatro, mantendo o nível cinco.

Tabela 13 - Índice de satisfação (1-5) relativamente à área/curso frequentado dos/as alunos/as que indicam não ter tido qualquer influência na sua escolha

Curso	Nível	Nº de alunos	Curso	Nível	Nº de alunos	Curso	Nível	Nº de alunos
AV	1	0	CT	1	2	LH	1	3
AV	2	0	CT	2	6	LH	2	0

AV	3	9	CT	3	24	LH	3	17
AV	4	11	CT	4	32	LH	4	20
AV	5	2	CT	5	5	LH	5	11
CQA	1	0	DIE	1	1	TUR	1	0
CQA	2	0	DIE	2	3	TUR	2	0
CQA	3	2	DIE	3	5	TUR	3	2
CQA	4	3	DIE	4	4	TUR	4	2
CQA	5	0	DIE	5	2	TUR	5	3
Legenda: 1- nada satisfeito 3- moderadamente satisfeito 5- muito satisfeito 2- pouco satisfeito 4- bastante satisfeito								

Nesta última tabela, quando realizamos a comparação com a tabela 11, identificamos como principais diferenças a diminuição do número de alunos/as da área de Ciências e Tecnologias que selecionaram as opções um e dois, tendo aumentado o número de discentes que selecionaram a opção número quatro; relativamente à área de Línguas e Humanidades, entendemos que esta não apresenta uma diferença significativa para a presente análise, dado apenas três alunos terem selecionado a primeira opção e nenhum a opção dois, ficando apenas pela inversão dos níveis. Relativamente ao curso de Design, se compararmos com os colegas que dizem ter sofrido influências, percebemos que estes formandos se sentem mais insatisfeitos, não se verificando relativamente às outras opções um grande nível de significância. Parece-nos, contudo, ser possível registar uma tendência para um maior índice de satisfação, relativamente aos cursos do ensino regular, nos alunos que dizem não ter sido influenciados por fatores de natureza contextual.

Podemos também verificar pela tabela 14, que os formandos do ensino profissional revelam uma tendência para se encontrarem mais satisfeitos com a opção realizada do que os alunos do ensino regular, o que podemos constatar na tabela número catorze.

Tabela 14 – Índice de satisfação por curso/área

Curso/área	% Alunos
TCQA	100%
TUR	100%
AV	97%
LH	92%
CT	80%
DIE	76%

Os resultados da presente tabela foram encontrados a partir dos dados das tabelas dez e doze, tendo sido apenas contabilizados os/as alunos/as que assinalaram o intervalo dos níveis 3 a 5. Verificámos que com 100% de satisfação se encontram os cursos

profissionais de TCQA e de TUR, seguindo-se-lhes a via de Artes Visuais, com 97% de alunos/as satisfeitos/as, Línguas e Humanidades com 92%, Ciências e Tecnologias, 80%, finalizando com o curso de DIE, 76%.

A análise dos dados revela que os/as alunos/as desta escola parecem encontrar-se bastante satisfeitos/as com as suas escolhas e demonstram uma certa convicção de as terem realizado, maioritariamente, de forma autónoma.

Concluiremos a apresentação dos resultados do questionário com a divulgação dos dados decorrentes das duas últimas questões: Se fizesse agora a sua escolha optava pelo curso que frequenta? No caso de ter respondido de forma negativa indique a sua preferência. Relativamente à primeira questão, o resultado é o seguinte:

Tabela 15 – Permanência na escolha efetuada

Mantinha o curso	Nº Alunos
Não	44
Sim	289
Não responde	6

Estes dados vão ao encontro dos resultados das respostas anteriores, comprovando-se novamente a satisfação com a escolha efetuada independentemente dos alunos/as terem sido ou não influenciados, verificando-se que, no total dos participantes, apenas quarenta e quatro alunos/as afirmaram que mudariam de área/curso.

Na tabela 16 procuramos realizar uma análise compreensiva dos/as alunos/as que gostariam de mudar de área. Observamos em que área/curso estão inseridos, se realizaram ou não orientação vocacional, qual a importância atribuída ao processo, qual o nível de segurança com que realizaram a sua escolha e qual a área/curso para onde gostariam de mudar. A tabela permite verificar que a via com maior insatisfação corresponde à opção de Ciências e Tecnologias (vinte e cinco alunos), seguindo-se-lhe Línguas e Humanidades (nove alunos/as), Artes Visuais (três alunos/as), culminando com os cursos profissionais de Técnico de CQA, Técnico de DIE e Técnico de Turismo, com dois alunos/as cada.

Podemos constatar que a maior parte dos/as alunos/as fez orientação vocacional tendo-lhe atribuído por norma pontuação positiva. Existe contudo um aluno do curso de CQA que se pode considerar como uma exceção, dado este não ter realizado o processo de orientação vocacional, atribuindo nível quatro ao índice de satisfação com o curso, mas, não obstante este nível, indicou que mudaria a sua opção, apesar de não ter feito referência à área/curso para onde gostaria de mudar.

Tabela 16 – Análise compreensiva relativa aos alunos que gostariam de mudar de área/curso

Área/ Curso	Nº alunos	Orientação vocacional		Nível de importância atribuída à OV pelos participantes (1-5)	Nº alunos	Nível segurança da escolha final 9º ano	Nº alunos	Novo Curso	Nº alunos
		Sim	Não						
Ciências e Tecnologias	25	21	4	1	3	1	1	LH	10
				2	5	2	7	Outro	4
				3	8	3	8	AV	2
				4	4	4	3	TUR	1
				5	0	5	7	NR	5
Línguas e Humanidades	9	8	1	1	1	1	4	Outro	6
				2	1	2	1	CT	2
				3	3	3	2	NR	2
				4	3	4	2		
				5	1	5	1		
Artes Visuais	3	3	0	1	0	1	1	CT	1
				2	0	2	0	LH	1
				3	2	3	2	Outro	1
				4	1	4	0		
				5	0	5	0		
CQA	2	1	1	1	0	1	0	NR	2
				2	1	2	0		
				3	0	3	0		
				4	0	4	1		
				5	0	5	1		
DIE	2	2	0	1	0	1	0	AV	1
				2	0	2	1	NR	1
				3	2	3	0		
				4	0	4	1		
				5	0	5	0		
TUR	2	1	1	1	0	1	0	Outro	1
				2	0	2	1	NR	1
				3	0	3	0		
				4	1	4	0		
				5	0	5	1		

L Legenda: 1- nada importante 2- pouco importante 3- moderadamente importante
4- bastante importante 5- muito importante

Relativamente ao nível de segurança referente à escolha efetuada verificamos que é na área de Ciências e Tecnologias (a via que regista mais alunos que gostariam de mudar), que existe maior segurança na escolha, podendo também apurar-se um bom nível de segurança relativamente aos/às alunos/as que optaram por frequentar cursos profissionais.

Quanto ao novo curso/área que gostariam de frequentar podemos concluir que dez alunos/as de Ciências e Tecnologias gostariam de mudar para Línguas e Humanidades, encontrando-se os restantes discentes, distribuídos pelos cursos profissionais, ou por outros cursos/áreas que não indicaram. Relativamente à área de Línguas e Humanidades, dois alunos gostariam de ingressar em Ciências e Tecnologias, sendo que, maioritariamente, optavam por outros. No que diz respeito à via de Artes Visuais, um aluno optaria por Ciências e Tecnologias, outro por Línguas e Humanidades, finalizando com um discente que ingressaria noutra curso/área que não referiu. Relativamente aos alunos dos cursos profissionais estes não responderam nem assinalaram outras áreas/cursos, sendo que apenas um aluno de DIE mudaria para Artes Visuais.

Concluimos a apresentação dos dados com um conjunto de sugestões deixadas por alguns/algumas alunos/as, aquando o preenchimento dos questionários, entendendo que estas ideias poderão ser ilustrativas da maneira como interpretam a transição, entre o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, que tinham vivenciado no final do ano letivo anterior. A principal consideração diz respeito à reflexão que deveria existir na altura da escolha por uma determinada via educativa, levando em consideração as disciplinas em que se tem melhor desempenho e preferência, em detrimento de seguir os amigos para a mesma área/curso, tendo como principal preocupação a opção por uma área que tenha como disciplinas base aquelas onde conseguem melhores resultados:

Os alunos não deviam ir para os cursos que não querem só porque os amigos também vão (A.13);

Ver as disciplinas em que é melhor e então escolher um curso com essas disciplinas (A. 19);

Os alunos devem ter em conta as suas preferências e desempenho na escolha do curso, acima de tudo, pois devemos frequentar uma área que nos agrade e corresponda aos nossos objetivos. Independentemente do curso, devemos empenhar-nos ao máximo e lembrarmo-nos que irá contribuir para o futuro (A. 18).

Verificámos ainda que as maiores considerações dos/as discentes dizem respeito à orientação vocacional, tendo alguns referido que todos os alunos deveriam realizar orientação vocacional. Contudo, segundo eles, deveria de ser realizada em moldes diferentes dos que são praticados atualmente, tais como:

Todos os alunos antes de entrarem no secundário deviam fazer testes psicotécnicos rigorosos e falar com uma psicóloga (A. 12);

Fazer atividades práticas de 10º para mostrar aos alunos o que se faz em cada curso (A. 16);

Apresentar aos alunos as disciplinas lecionadas em cada curso (A. 43);

Antes de escolher um curso avisarem que vai ser muito diferente (A. 20);

Em vez de ser feitos testes vocacionais, deviam fazer-se atividades práticas e serem dadas mais informação sobre o curso e não só as profissões futuras, também é importante, pois muitas vezes só quando chegamos ao curso é que percebemos se estamos ou não no sítio certo (A. 180).

Alguns/algumas alunos/as referiram que seria importante um maior acompanhamento por parte dos Serviços de Psicologia e Orientação, enquanto outros/as discentes criticaram o facto de se dar demasiada importância aos testes psicotécnicos:

Acho que no 9º ano devíamos ter mais acompanhamento por parte dos psicólogos, sermos melhor guiados para decidirmos melhor o que queremos. Ainda há muitos alunos com dúvidas em relação ao que querem no futuro e as áreas em que devem entrar (A. 197);

Hoje ainda há muitos alunos a escolherem um determinado curso por influência dos testes psicotécnicos e isso é mau, pois apesar de poderem pensar por si mesmos acabam por dar uma alta importância aos testes. Talvez pudessem avisar os tais alunos que os testes não são tudo e o que importa é estarem num sítio que gostem (A. 198).

É importante referir a existência de algumas referências à importância de proporcionar aos/às alunos/as um contato mais direto com as escolas que poderão vir a frequentar e com profissionais ligados a diferentes áreas.

Para ajudar os alunos a decidir devem fazer visitas às escolas que podem escolher e fazer palestras sobre os cursos.” (A. 225);

Falar abertamente com especialistas da área. Falar sobre os vários cursos que as escolas da região têm (A. 299);

Por último, será, igualmente, interessante registar duas opiniões que sugerem a necessidade de adiar estas decisões para mais tarde, manifestando-se numa delas a vontade de frequentar uma oferta educativa que permitisse experiências menos compartimentadas.

É só que acho que embora esteja em humanidades, gostava de experimentar todos os cursos principais (humanidades, ciências e economia) (A. 287);

Acho que a escolha devia ser no 12º ano (A. 179).

2. Síntese Conclusiva

Procurava-se neste estudo descrever e compreender como se organiza a oferta formativa, ao nível do ensino secundário numa escola de uma cidade de média dimensão e a forma como os/as alunos/as percecionam a sua escolha, procurando perceber o grau de satisfação que, passado um ano letivo, sentem com a opção efetuada. Ainda que a intenção deste estudo seja analisar a situação de uma escola, em concreto, não se pretendendo, por isso mesmo qualquer generalização ou extrapolação dos

resultados obtidos, parece-nos relevante retirar algumas indicações sobre diferentes formas como é experienciada esta transição no percurso escolar.

Uma primeira indicação que poderemos retirar deste estudo relaciona-se com os contributos significativos que as diferentes vias do ensino secundário podem constituir para que todos possam estar mais tempo na escola e aprender coisas diferentes. No caso específico dos cursos profissionais, eles configuram, na opinião da direção da escola e nas respostas dadas pelos alunos que os seguem, uma alternativa importante e bem avaliada para a frequência e o sucesso neste nível de escolaridade. Mesmo que se nos represente que as diferentes vias estão longe de assumir o mesmo reconhecimento social e resultem de um mesmo tratamento, no âmbito das políticas públicas portuguesas, dependendo, por isso mesmo, da sensibilidade e aposta diferenciada de cada projeto educativo, a possibilidade de escolha por diferentes opções de prosseguir e concluir o ensino secundário assume uma importância primordial na garantia de respostas mais adequadas à procura dos jovens e à garantia do seu direito a uma educação que melhor se ajuste aos seus interesses e projetos. Pode constatar-se, por outro lado, que esta oferta, construída ao nível de uma escola, representará sempre uma possibilidade muito limitada de escolhas para os/as alunos/as.

Uma segunda ideia leva-nos a pensar que as escolhas escolares, na transição para o ensino secundário, são muito determinadas pelo desempenho em determinadas áreas disciplinares, nos ciclos precedentes. No caso deste estudo em concreto, detetamos uma maior propensão para atribuir as opções a bons desempenhos em determinadas disciplinas, o que poderia ser um bom indicador se tal fato correspondesse a um efetivo detetar e potenciar de talentos por parte da escola. Outros estudos, nacionais e internacionais, e o conhecimento que temos da realidade portuguesa, recomendam alguma cautela nesta análise, indicando uma necessidade de compreensão mais circunstanciada deste fenómeno. Na verdade o (in)sucesso escolar está muito longe de poder ser atribuído exclusivamente a uma identificação pessoal com determinado tipo de saberes.

É, também, muito importante refletir um pouco sobre o papel da Orientação nestes processos de escolha. Como se pode constatar, a grande maioria dos/as alunos/as envolveu-se num processo estruturado de ajuda à sua decisão, acompanhado por um Psicólogo/a. Se é evidente que o contributo deste processo não deve ser negligenciado, mesmo em função dos resultados recolhidos, também se torna claro que a escola ainda está muito longe de promover uma cultura de informação que ajude a alicerçar melhor estas transições. Aliás, no que concerne às sugestões deixadas pelos/as alunos/as pensamos que estas são reveladoras das suas preocupações neste domínio, deixando-nos perceber que a desvalorização inicial do processo de orientação vocacional, que sugeria desinteresse, se transformou numa crítica fundamentada à forma como o mesmo é conduzido. Parece sair valorizada a importância de uma educação com uma dimensão de orientação vocacional muito presente, podendo algumas destas opiniões ter um certo interesse para uma análise crítica das práticas atuais, por parte dos diferentes agentes.

Por fim, interessa mencionar o número de jovens que enuncia a sua vontade de alterar a sua opção inicial e, eventualmente, mudar de curso. Tal como referimos na introdução

deste trabalho, com recurso a diferentes contributos teóricos, as escolhas, nesta fase da vida, são sempre muito complexas e algo contingentes. Seria muito importante estudar este problema, de forma mais aprofundada, recolhendo evidências suficientes que permitissem reequacionar a estrutura do ensino secundário e a possibilidade de cruzamento de diferentes vias, sem sacrifício do tempo e dos saberes já adquiridos pelos/as alunos/as.

Regressando ao entendimento de transições que enunciámos na introdução deste trabalho e aos aspetos que as podem condicionar, ou potenciar, este estudo sugere um peso muito significativo da situação vivenciada pelos/as alunos/as, uma vez que as escolhas dependem da oferta e da representação social a que ela está associada. Por outro lado, mesmo que muitos/as alunos/as afirmem não terem sido influenciados/as por nenhum fator, em particular, não deixa de ser particularmente significativo o peso de um suporte social, que se alarga aos pais, professores, especialistas de orientação e amigos/as. Será muito importante assinalar ainda o peso de algumas características pessoais, muitas delas construídas a partir dos (in)sucessos ao longo do percurso educativo, assim como o reconhecimento bastante alargado de que talvez valesse a pena refletir sobre o apoio que é prestado nas estratégias que os/as alunos/as seguem, na sua tomada de decisão.

Parece legítimo pensar, como ideia final, que a diversidade de vias de formação, ao nível do ensino secundário, e a introdução dos cursos profissionais em particular, se constituem como uma oferta incontornável para a garantia de todos/as prosseguirem ou concluírem os seus percursos formativos, sendo desejável encetar processos de igual dignificação das diferentes vias e fazer acompanhar as escolhas dos/as jovens por processos atempados, bem estruturados e integrados de apoio à decisão de escolha das diferentes possibilidades.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFORADO, Luís - "Estrategias, retos y recursos para los orientadores en el escenario de la educación y formación a lo largo de la vida". In FIGUERA LAZO, Pilar - *Orientación Profesional y Transiciones en el Mundo Global*. Barcelona: Laertes, 2013, p. 21-50. ISBN 978-84-7584-925-6.
- ALCOFORADO, Luís - Formação, Qualificação e Trabalho: tópicos para a construção de um projecto profissional de vida. *Formar, Revista de Formadores*, Nº Especial (2003), p. 3-12. ISSN 0872-4989.
- ALMEIDA, Maria Elisa Grijó - *(Re) pensando a orientação vocacional na escola: da teoria à prática*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro/Departamento de Ciências da Educação, 2008. 157 p.
- AZEVEDO, Joaquim - *O ensino secundário na Europa, nos anos noventa*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1999. 719 p.
- BLANCHARD, M. & CAYOUILLE-REMBLIÈRE, J. (2011). Penser les choix scolaires. *Revue française de pédagogie*, 175 (2011), p. 5-14. ISSN 0556-7807.
- DECRETO-LEI n.º 190/91, de 17 de maio.
- DECRETO-LEI n.º 24/2006, de 6 de fevereiro.
- DECRETO-LEI n.º 74/2004, de 26 de março.
- DESPACHO n.º 14 758/2004, de 23 de julho.
- DGEEC. *Perfil do Aluno 2010-2011*. Lisboa : DGEEC, 2013.
- GEPE - *Educação em Números Portugal 2011*. [Consult. 2 de maio de 2011]. Disponível em: <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/643.html>.
- GONÇALVES, Carlos - *Orientação vocacional e família*. [Consult. 8 de maio de 2011]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/14961>.
- GUICHARD, Jean - "Anticipar el proprio futuro y orientarse al final de la adolescencia y en el momento de la emergencia de la edad adulta". In FIGUERA LAZO, Pilar - *Orientación Profesional y Transiciones en el Mundo Global*. Barcelona: Laertes, 2013, p. 85-110. ISBN 978-84-7584-925-6.
- OEUVRARD, Françoise - Quels choix? Pour quelle école? *Revue française de pédagogie*, 175 (2011), p. 73-76. ISSN 0556-7807.
- PAIXÃO, Maria Paula - O Papel da Orientação na Aprendizagem ao Longo da Vida. In WINCH, Christopher e PAIXÃO, Paula - *Ensino Profissional*, (pp. 107-134). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, p. 107-134. ISBN 978-989-8662-35-4.
- PORTARIA n.º 797/2006, de 10 de agosto.
- PORTARIA n.º 550 -C/2004, de 21 de maio.
- SCHLOSSBERG, N. K., WATERS, E. B. & GOODMAN, J. - *Counseling Adults in Transition*. Nova Iorque: Springer Publishing Company, 1995. ISBN 0-8261-4233-8.
- TAVEIRA, Maria do Céu - "Os serviços de desenvolvimento vocacional em Portugal: algumas notas-estímulo para reflexão". *Psicologica*, Extra-série, (2004), p. 113-134. ISSN 0871-4657.
- VONDRAČEK, Fred - "Avaliação das relações pessoa-contexto: plano de um procedimento completo de avaliação de jovens". In LEITÃO, Lúcia - *Avaliação Psicológica em Orientação Escolar e Profissional*. Coimbra: Quarteto, 2004, p. 429-452. ISBN 9895580215.